

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - DF

Estudo Técnico Preliminar 389/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00060-00386614/2025-11

2. Descrição da necessidade**PALMILHAS**

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para disponibilização de insumos padronizados, com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, bem como garantir a assistência aos usuários do SUS/DF.

Os bens objeto deste ETP referem-se a OPME padronizados e classificados como bens de abastecimento regular nesta SES/DF.

No contexto do Sistema Único de Saúde, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal é responsável por prover assistência integral à saúde da população.

Para isso, faz-se necessário, em todos os níveis de atenção à saúde (primário, secundário, hospitalar etc), a disponibilização de insumos, como medicamentos, material médico, entre outros.

Existem catálogos que elencam o rol dos insumos que são considerados PADRONIZADOS, ou seja, insumos essenciais para a garantia do atendimento integral à saúde. Estes insumos devem estar disponíveis nos locais de uso (unidades de saúde) de modo ininterrupto, cabendo à SES/DF garantir a adoção de medidas que visem à sua disponibilização para as equipes de saúde/usuários/pacientes.

Os insumos que este estudo técnico se presta a analisar se enquadram nessa categoria de bens **padronizados**, devendo portanto serem disponibilizados de modo ininterrupto nas unidades de saúde onde são utilizados, em prol da assistência à saúde da população.

Considerando que os objetos deste Estudo possuem padrão de consumo regular, calculados pela Diretoria de Programação de Órteses e Próteses, com base nos relatórios de gestão apresentados pela área técnica demandante, considerando a periodicidade de substituição das OPME's, a demanda atual (lista de espera) e a média de novos inscritos nos últimos 5 (cinco) anos.

Considerando que em 2012, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012, atualmente consolidada pela Portaria nº 3, de 28 de setembro de 2017, Anexo VI) que desenvolve ações de prevenção, identificação precoce de deficiências na fase pré, peri e pós-natal, infância, adolescência e vida adulta, promovendo os cuidados em saúde para a habilitação, reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, o Governo Federal tem planejado e executado diversas ações para ampliar e qualificar o cuidado às pessoas com deficiência, tais como a implementação de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e Oficinas Ortopédicas.

As Oficinas Ortopédicas, por sua vez, são serviços que promovem o acesso a OPM integrantes da Tabela de OPME do Ministério da Saúde pela Portaria Interministerial da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Portaria nº 17, de 7 de maio 2013), além da confecção de adaptações, ajustes e pequenos consertos nesses equipamentos.

Desta feita, a aquisição de **palmilhas** pela Oficina Ortopédica de Brasília visa garantir a atenção integral à saúde de usuários com disfunções musculoesqueléticas e neurológicas, tais como pé diabético, deformidades congênitas, sequelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC), paralisia cerebral, mielomeningocele e outras condições que comprometem a biomecânica da marcha e a integridade dos membros inferiores.

A necessidade se fundamenta em três eixos principais:

1. Técnica e Científica:

Estudos clínicos e diretrizes nacionais evidenciam que palmilhas são órteses para os pés eficazes na redistribuição de cargas plantares, correção postural, prevenção de lesões por pressão e melhora da funcionalidade locomotora (Barwick et al., 2022; Bus et al., 2021). São recomendados como parte essencial da reabilitação física, em especial em populações com neuropatias periféricas e deformidades estruturais acompanhadas de programas específicos, pois proporcionam ao paciente a manutenção de deambulação, impedem a complicação de úlceras já instaladas, ao mesmo tempo que possibilitam o reparo tecidual, evitando complicações inerentes à patologia.

Em 2023 houve um aumento de 48.5% na proporção de novos casos de Hansen com grau 1 de incapacidade física e de 69,7% na proporção de grau de incapacidade física, segundo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de Janeiro de 2025. No caso do Diabetes, o Brasil é o 3º país no Mundo em casos absolutos do tipo 1, chegando a aproximadamente 588.00 de novos casos em 2022, segundo relatório emitido pela Federação Internacional de Diabetes em Novembro de 2023.

2. Legal e Normativa:

A dispensação de palmilhas encontra respaldo nas seguintes normas:

- **Portaria GM/MS nº 963/2013** – que organiza os serviços de oficina ortopédica no SUS;
- **Portaria SAS/MS nº 228/2010**, que incorpora palmilhas na Tabela de Procedimentos do SUS (Códigos 0401010076 e 0401010084);
- **Lei nº 8.080/1990** (Lei Orgânica da Saúde), que prevê a integralidade da assistência;
- **Decreto nº 7.508/2011**, que regulamenta o acesso a produtos de saúde estratégicos.
- **Lei nº 13.146/2015** - Presidência da República, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

3. Assistencial:

As estratégias de reabilitação devem ser planejadas e executadas a partir das necessidades particulares de cada indivíduo, com vistas a promover e garantir melhor adaptação, qualidade de vida e autonomia para o desempenho de atividades e habilidades, de forma integral e independente.

Dessa forma, a aquisição proposta visa garantir o cumprimento da política pública de atenção à pessoa com deficiência, prevenir complicações clínicas, reduzir custos com hospitalizações evitáveis e promover a funcionalidade e autonomia dos usuários. A indisponibilidade das palmilhas compromete a continuidade terapêutica e pode resultar em agravos evitáveis, como úlceras plantares, quedas, dores crônicas e exclusão social.

Dessa maneira, justifica-se tal processo de aquisição a fim de prover o Núcleo de Produção de Órteses e Próteses/SES com as OPMEs necessárias para o atendimento à população usuária do SUS

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Programação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - GEPOP/DIPRO/SULOG/SES	Bruno Ribeiro Freire

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.2. Da Documentação Exigida:

4.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo na apresentação da proposta:

- 4.2.1.1 Alvará Sanitário, Licença sanitária ou Documento Equivalente (Estadual/ Municipal/ Distrital) vigente, emitido por órgão competente, conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974.
- 4.2.1.2. Responsabilidade Técnica reconhecida pela autoridade sanitária local, com base em parecer não vinculante, emitido pela Associação Brasileira de Ortopedia Técnica em plena validade, conforme RDC nº 192, de 28 de junho de 2002. (Para produtos confeccionados em Oficina Ortopédica própria)

4.2.1.3. Certificado de Capacidade Técnica, comprovando aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados até dois anos antes da licitação com as seguintes características mínimas:

- Especificar a quantidade, o prazo, as condições de fornecimento, e a qualidade das palmilhas fornecidas.
- Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.2.2. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste ETP, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual e sua prorrogação.

4.3. Da Exigência de Amostra

4.3.1. Para a presente compra/contratação haverá a necessidade de aferição da qualidade do produto mediante amostras, catálogos, fichas técnicas ou qualquer outro meio pertinente de avaliação.

4.3.2. O proponente deve enviar/apresentar 1 (um) exemplar do produto, a título de amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Para fins de contagem do prazo para envio/apresentação do produto será excluído o dia da solicitação e incluído o último dia do prazo (dia do vencimento).

4.3.3. As amostras deverão ser entregues na seguinte unidade da SES/DF e endereço: OFICINA ORTOPÉDICA: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA /SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000.

4.3.4. As condições de apresentação das amostras exigidas são as seguintes:

- As amostras, em plena validade, deverão ser apresentadas em seus invólucros originais, com etiqueta de identificação contendo: Número do processo e da licitação da SES, item Cotado e Data de Entrega; Descrição do Item, Nome do Fornecedor, Representante, Correio eletrônico (e-mail) e Telefone;

4.3.5. Quando, a critério do parecerista, NÃO FOR SOLICITADO O ENVIO DE AMOSTRAS, o fornecedor deverá cumprir os itens a seguir:

- A (s) empresa (s) vencedora(s) deverá(ão) enviar o catálogo e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado analisado conforme descritivo em anexo;
- O prazo para o envio do catálogo e/ou prospectos será de até 3 (três) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para o Endereço Eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br;

4.4. Do molde, prazo de entrega e recebimento do material

4.4.1. Local de moldagem e entrega

Os materiais deverão ser moldados e entregues na **Oficina Ortopédica do Parque de Apoio – SES/DF, SIA/SAPS, Bloco G, Lote 06, CEP: 71215-000**, conforme as necessidades da Contratante, sem custos adicionais.

4.4.2. Disponibilização de técnico

A contratada deverá disponibilizar **técnico com vínculo profissional semanalmente a combinar de acordo com a demanda da unidade, durante a vigência contratual**, para a realização dos moldes e entrega das palmilhas confeccionadas.

- O período (matutino ou vespertino) será acordado entre Contratante e Contratada, conforme programação da Oficina Ortopédica de Brasília.
- A quantidade de dias e períodos por semana será definida mensalmente pela Oficina Ortopédica e comunicada à contratada.

4.4.3. Acompanhamento técnico

Os técnicos da contratada serão acompanhados por especialistas em saúde da Oficina Ortopédica de Brasília, que:

- avaliarão as necessidades dos pacientes,
- indicarão ajustes nas palmilhas,
- realizarão a conferência do material confeccionado,
- verificarão a conformidade com o descritivo licitatório e o plano terapêutico singular.

4.4.4. Capacidade de produção e prazos

A contratada deverá ter capacidade de moldar e entregar **no mínimo 25 pares de palmilhas por semana**.

O quantitativo a ser moldado será definido mensalmente pela oficina Ortopédica de acordo com a demanda.

- Os pares moldados em determinada semana deverão ser entregues **na semana subsequente**, observando o prazo máximo de **7 (sete) dias úteis** para produção, contados a partir do molde.

4.5. Da assistência técnica

- 4.5.1.A empresa fornecedora deverá garantir assistência técnica dos produtos por 12 (doze)/ 6 (seis) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, contra defeito de fabricação, a partir da data de entrega para o paciente, sem ônus para SES/DF;
- 4.5.2. Fornecer Assistência Técnica em Brasília, pois caso seja constatado algum defeito de fabricação, após a entrega do produto, os pacientes poderão encaminhar diretamente para a Análise Técnica com os técnicos da empresa Contratada, bem como o conserto ou o reparo possa ser realizado de forma imediata, eximindo a SES-DF de qualquer responsabilidade nesse trâmite;
- 4.5.3. A Contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, transporte, frete, conserto e entrega dos produtos, quando for o caso, assim como o fornecimento dos materiais necessários para manutenção dos produtos durante o período de garantia, sem qualquer ônus para SES-DF;
- 4.5.4.O atendimento de assistência técnica deve ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar do registro da chamada do paciente;
- 4.5.5.Concluir os reparos no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a partir da data da comunicação. Não tendo reparado os defeitos, o material deverá ser substituído por outro novo, idêntico e em perfeito estado de sua propriedade;
- 4.5.6. A Contratante poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do(s) executor(es) do contrato, solicitar a apresentação de comprovação da procedência dos materiais utilizados nos serviços do contrato;
- 4.5.7 A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam materiais necessários para assistência técnica, até o final da garantia.

4.6. Do Cumprimento do Descritivo

- 4.6.1. A empresa CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais, nas quantidades e especificações estabelecidas por meio do fiel cumprimento do ETP, Termo de Referência (TR), Contrato e demais peças licitatórias pactuadas;
- 4.6.2. Os produtos ofertados devem atender a todas às exigências técnico-sanitárias de regulação impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e seguir os descritivos definidos pela SES/DF:

Nº	ID PCA	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO SUS	DESCRIPTIVO COMPLETO	UNIDADE DE FORNECIMENTO
01	24855	23086	298187	07.01.01.014-2	Palmilhas confeccionadas sob medida para adulto, utilizado na prevenção e ulceração e calosidades plantares. Confeccionado em polifórmio e plastazote.	Par
2	24844	23087	298187	07.01.01.015-0	Palmilha para pés neuropáticos sob molde, utilizado no alívio da dor e correção de neuropatias. Confeccionado em plastozote, poliuretano e EVA	Par

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração e normalmente é realizado por meio de contratações similares.
- 5.2. Considerando que no regime de consignação a Administração Pública somente arca com o custo das unidades efetivamente dispensadas aos usuários, espera-se assegurar:
- economicidade, por evitar a aquisição antecipada de estoques;
 - redução de desperdícios, com eliminação do risco de vencimento ou subutilização;
 - eficiência logística, uma vez que os produtos permanecem sob responsabilidade do fornecedor até o momento da utilização;
 - rastreabilidade e segurança, com emissão de recibos de molde, relatórios de entrega e atestos de recebimento.

5.3. Com base no **art. 11, art. 18, §1º e art. 40, caput, da Lei nº 14.133/2021**, a consignação se mostra modelo viável e vantajoso para a Administração, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

5.4. O levantamento de mercado realizado demonstrou que o regime de consignação é prática corrente no setor dada a natureza sob demanda dos materiais.

5.5. As exigências para a contratação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) objeto não demonstraram ser impeditivas ou diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório., conforme dados de últimas aquisições governamentais:

PREGÃO	UASG	ÓRGÃO
001122023	988057	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC
002142023	980921	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA
000582023	160322	HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

6. Descrição da solução como um todo

Os itens a serem contratados enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, definidos na Lei nº 14.133 /2021, em seu Art.6º, como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 44.330/2023, a licitação de bens desta natureza deverá ser realizada obrigatoriamente pela modalidade pregão eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

Para a contratação dos bens será adotado o Sistema de Consignação - Fornecimento Contínuo. O órgão ou entidade contratante pagará à contratada, pelo serviço executado ou o fornecimento do bem, as importâncias nas formas fixadas no edital do pregão, de acordo com a demanda.

Dessa forma, a solução da presente demanda será atendida por meio Instrumento Contratual.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Para a contratação dos bens será adotado o **Sistema de Consignação - Fornecimento Contínuo**. O órgão ou entidade contratante pagará à contratada, pelo serviço executado ou o fornecimento do bem, as importâncias nas formas fixadas no edital do pregão, de acordo com a demanda.

A prorrogação do contrato é determinada nos Artigos 106 e 107 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme descrito:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Determina-se que a vigência contratual será de 1 (um) ano prorrogável por até 5 (cinco) anos.

EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da matriz ou da filial, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove(m) aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação das partes: contratante (quem emitiu) e executora (empresa atestada);
- Descrição do objeto executado: bens ou serviços fornecidos, com indicação de quantidade, porte ou características;
- Período e local de execução: datas de início e término, bem como o local da execução;
- Declaração de boa execução: confirmação de que o serviço ou fornecimento foi realizado de forma satisfatória;
- Dados formais de emissão: data, nome, cargo, assinatura e carimbo/timbre da entidade emitente.

A licitante disponibilizará, quando solicitado pela Administração, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, entre outros documentos pertinentes.

A documentação deverá ser apresentada em original, com cópia para autenticação por servidor designado pela Administração, ou em cópia autenticada por cartório competente, sendo igualmente admitidos documentos passíveis de autenticação eletrônica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando que a dispensação das OPME's ambulatoriais seguem protocolos específicos, com controle realizado por Sistema interno de acesso apenas aos Núcleos de Produção de Órteses e Próteses - NUPOP e de Atendimento Ambulatorial de OPME - NUPOP, não permitindo que as informações de consumo médio mensal dos produtos registrados no Sistema Eletrônico de Gestão de Materiais da SES/DF - Alphasinc sejam possíveis de utilizar para se ter uma memória de cálculo;

Entretanto, em determinadas situações, a previsão de demanda por combinar métodos quantitativos e qualitativos.

Os métodos qualitativos poderão ser respaldados em Pareceres Técnicos, de caráter opinativo, emitidos pela Referência Técnica Distrital, a fim de subsidiar a elaboração dos processos de aquisição de insumos para a saúde ou ainda definir esses quantitativos na primeira aquisição, conforme estabelece os incisos XI e XII, do Art. 3º da Portaria nº 1032, de 17 de setembro de 2018.

Informamos que os quantitativos estabelecidos na presente solicitação de Sistema de Registro de Preço estão embasados no Despacho da Área Técnica (178721192) e justificados pelas listas de demanda (178720325 e 178720812) e pelos Relatórios de Solicitações/Cadastro dos pacientes nos últimos 03 anos anexos à árvore processual (178719828 e 178720125), com a metodologia da média dos últimos 03 mais 100% observando a possível crescente nos anos posteriores.

Nº.	IDPCA	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO SUS	DESCRIPTIVO COMPLETO	QUANTIDADE
1	24855	23086	298187	07.01.01.014-2	Palmilhas confeccionadas sob medida para adulto, utilizado na prevenção e ulceração e calosidades plantares. Confeccionado em polifórmio e plastazote	1.234
2	24844	23087	298187	07.01.01.015-0	Palmilha para pés neuropáticos sob molde, utilizado no alívio da dor e correção de neuropatias. Confeccionado em plastozote, poliuretano e EVA	2.755

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 981.294,00

O valor estimado, no presente documento, foi obtido a partir do valor de referência adotado como base na última Pesquisa de Preços realizada nesta SES/DF, pela Gerência de Pesquisa de Preços, conforme DOC. SEI - Relatório SEI-GDF n.º 962 - SES/SUCOMP/DIAQ/GEPP (150916037) na ocasião da última licitação realizada para os itens a seguir. Assim, a estimativa do valor da contratação corresponde à somatória dos valores totais especificados abaixo:

Nº	ID PCA	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO SUS	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	24855	23086	298187	07.01.01.014-2	Palmilhas confeccionadas sob medida para adulto, utilizado na prevenção e ulceração e calosidades plantares. Confeccionado em polifórmio e plastazote.	1.234	R\$ 246,00	R\$ 303.564,00
2					Palmilha para pés neuropáticos sob molde, utilizado no alívio da dor e		R\$ 246,00	R\$ 677.730,00

	24844	23087	298187	07.01.01.015-0	correção de neuropatias. Confeccionado em plastozone, poliuretano e EVA	2.755		
TOTAL GERAL							R\$ 981.294,00	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. Após análise, verifica-se que o **parcelamento do objeto não é aplicável** nesta contratação.
- 9.2. As palmilhas ortopédicas serão fornecidas sob regime de **consignação**, com produção e adaptação personalizadas conforme prescrição clínica individual de cada paciente. Dessa forma, o fracionamento em lotes por tipo ou quantidade de palmilhas:
- **Não traria ganho de competitividade**, pois a natureza do produto é especializada e restrita a empresas habilitadas.
 - **Prejudicaria a padronização técnica**, uma vez que diferentes fornecedores poderiam ofertar modelos com características e materiais distintos, comprometendo a uniformidade do atendimento.
 - **Dificultaria a gestão e fiscalização**, impondo múltiplos controles de consignação e de faturamento, o que tornaria a execução mais complexa e onerosa.
 - **Ameaçaria a continuidade do tratamento do usuário**, que pode demandar ajustes ou reposições vinculadas ao mesmo fabricante.

Desta feita, **o objeto deve ser tratado como lote único**, de modo a garantir eficiência, economicidade e a adequada prestação da assistência.

A Lei Complementar nº 123/60 orienta, nos artigos 47 e 48, a concessão dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte. Com o intuito de complementar a determinação da aquisição por Lote Único, o artigo 49 da mesma lei, descreve que a não aplicação dos artigos 47 e 48 se justifica:

“III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1. A contratação abrange dois tipos de palmilhas ortopédicas: **preventivas** e **sob molde códigos 23086 e 23087**. Trata-se de objetos **correlatos**, pois ambos integram a linha de produtos destinados à correção e prevenção de alterações biomecânicas dos pés, sendo dispensados no mesmo fluxo de atendimento e sob a mesma gestão da Oficina Ortopédica.
- 10.2. Contudo, não são objetos **interdependentes**, visto que cada modalidade atende indicações clínicas específicas e pode ser utilizada de forma independente.
- 10.3. Por razões de padronização do atendimento, eficiência operacional e economicidade, recomenda-se que a contratação seja realizada **de forma conjunta em um único processo**, permitindo gestão unificada de consignação e continuidade do cuidado ao paciente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens que são objetos deste Estudo Técnico Preliminar foram inseridos na Proposta ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, referente aos exercícios 2026 conforme Planilha final PLOA 2026 - Processo SEI 00060-00165905/2025-77.

SULOG/DIPRO - DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA SAÚDE SULOG/DIPRO									
-MATERIAL									
-Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos-Odontológicos, Laboratorial e Hospitalar									
	Item	Status	Periodicidade de Compra	Modalidade de Compra	Qtde Prevista	Vlr Unitário Estimado	Vlr Total Estimado	Prioridade	Sugestão de Data
	(ID 24844) - OFME ambulatorial PALMILHA PARA PÉS NEUROPÁTICOS SOB MOLDE. UTILIZADO NO ALÍVIO DA DOR E CORREÇÃO DE NEUROPATIAS. CONFECCIONADO EM PLASTOZOTE, POLIURETANO E EVA.	Pendente de Aprovação pelo Gestor	ANUAL	Pregão Eletrônico	939	R\$248,00	R\$230.994,00	Alta	10/10/2025
	(ID 24855) - OPME ambulatorial PALMILHAS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA. UTILIZADO NA PREVENÇÃO E ULCERAÇÃO E CALOSIDADES PLANTARES. CONFECCIONADO EM PÓLÍFORMIO E PLASTAZOTE.	Pendente de Aprovação pelo Gestor	ANUAL	Pregão Eletrônico	440	R\$248,00	R\$108.240,00	Alta	10/10/2025

A vigência das atas de registro de preços ou de contratos de fornecimento não se restringem a apenas um exercício financeiro e valor previsto neste Estudo Técnico Preliminar corresponde à consolidação da demanda da SES/DF para o período de um ano. Logo, considerando a memória de cálculo constante do processo SEI, os quantitativos registrados não serão executados em sua totalidade em um único exercício financeiro.

A elaboração do Plano de Contratações Anual e o levantamento de necessidades, com vistas à elaboração da proposta de lei orçamentária anual, ocorrem simultaneamente na SES/DF.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o ajuste dos valores lançados no Plano de Contratações Anual (PCA) consideram os cortes orçamentários sofridos por cada Programa de Trabalho (PT) utilizado pela Diretoria de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde (DIPRO). Foi realizada a adequação do valor total estimado de cada medicamento ou insumo para a saúde proporcionalmente ao corte sofrido por cada PT.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária:	23901
Programa de Trabalho:	10302620260160002
Natureza de Despesa:	339030
Modalidade:	GLOBAL
Fonte de Recursos:	Indicamos como possíveis Fontes de Recurso: nº 138 do Ministério da Saúde (para pagamento do valor correspondente ao da tabela SUS) e a Fonte de Recurso nº 100 do Governo do Distrito Federal (para pagamento da diferença do valor SUS para o valor registrado no pregão).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A efetivação da contratação contribui para a continuidade do abastecimento dos bens de consumo padronizados nesta SES/DF, bem como assegura a assistência aos usuários do SUS/DF.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica, em razão de tratar de bens de consumo de uso regular. Todavia, a SES/DF possui organização interna para o monitoramento da execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O risco ambiental apresentado pelos bens objeto dos autos está relacionado à produção de Resíduos de Serviço de Saúde, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 como "todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde", compreendidos como "todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal".

Assim, a fim de mitigar os riscos ambientais inerentes aos bens a serem adquiridos esta SES/DF procederá com a adoção das medidas necessárias para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados, em conformidade com

a RDC supramencionada e com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE implementado no âmbito desta Secretaria.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os insumos objetos do presente processo consistem em bens padronizados como de **abastecimento regular** nesta Secretaria de Estado de Saúde - SES/DF, sendo fundamentais para atender às demandas de saúde da população do Distrito Federal.

Considerando que o presente estudo indica a contratação em regime de Contrato por Consignação, para fornecimento contínuo de OPME, como o melhor meio de aquisição regular destes insumos.

Com base nos dados obtidos a partir do presente estudo, conclui-se que a aquisição do objeto é viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO RIBEIRO FREIRE

Gerente de Programação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 11:47:44.

TATIANE ARAUJO COSTA

Diretora de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde



Assinou eletronicamente em 18/12/2025 às 11:03:38.

THALITA LAUANNA GONCALVES DA SILVA FERREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/12/2025 às 11:55:19.

ALOMA MENDES DOS SANTOS

Chefe do Núcleo de Produção de Órteses e Próteses



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 08:52:06.